

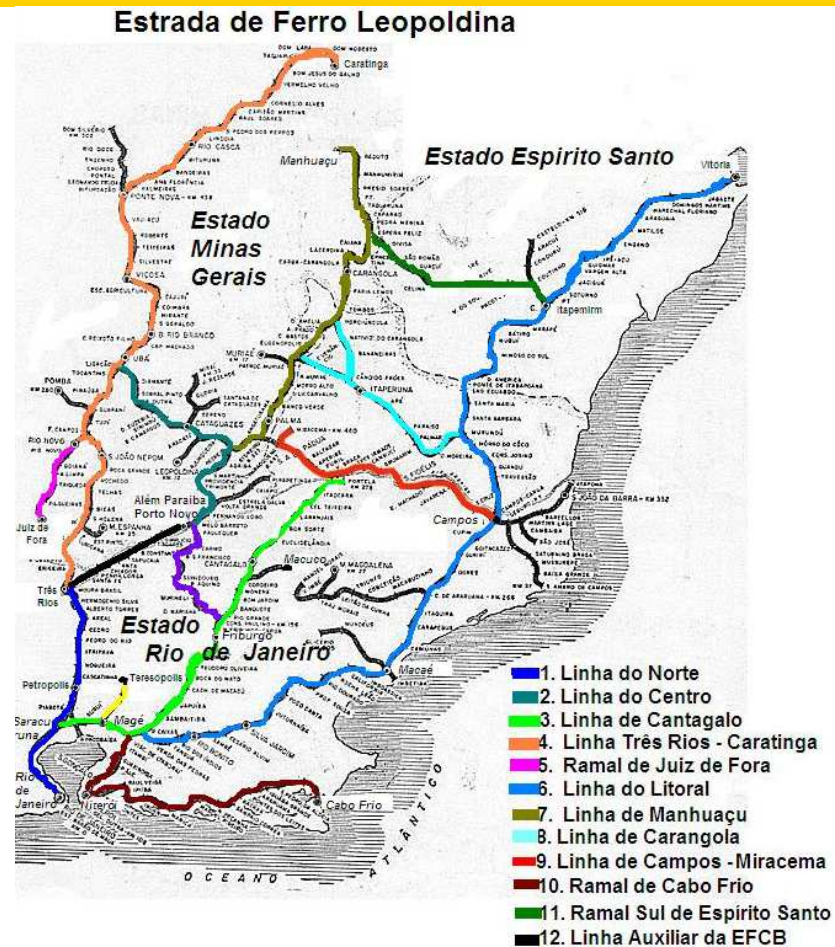
Ministério dos
TRANSPORTES

Estrada de Ferro Leopoldina Ferrovia Centro-Atlântica (FCA)

Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário
Outubro de 2023

HISTÓRICO FERROVIA LEOPOLDINA

- 1871 - Fundação durante o auge do café
 - **Companhia Estrada de Ferro Leopoldina**
- 1894 - Passou a ser operada pelos Ingleses, chegando a 3,2 mil km (MG, RJ e ES)
 - **Leopoldina Railway Company (LRC)**
 - *Controle de vastas áreas de produção de café e açúcar*
 - *Dificuldades pós-Segunda Guerra Mundial*
 - *Concorrência com o modal rodoviário*
- 1957 - Incorporação pela **RFFSA** e erradicação de ramais
- 1996 - Concessão da Malha Centro-Leste (MG, GO, BA, SE, ES, RJ e DF)
 - **Ferrovias Centro-Atlântica S.A.**



CENÁRIO ATUAL DE TRECHOS OCIOSOS

Até 10 mil km no Brasil

Predominância por Região:

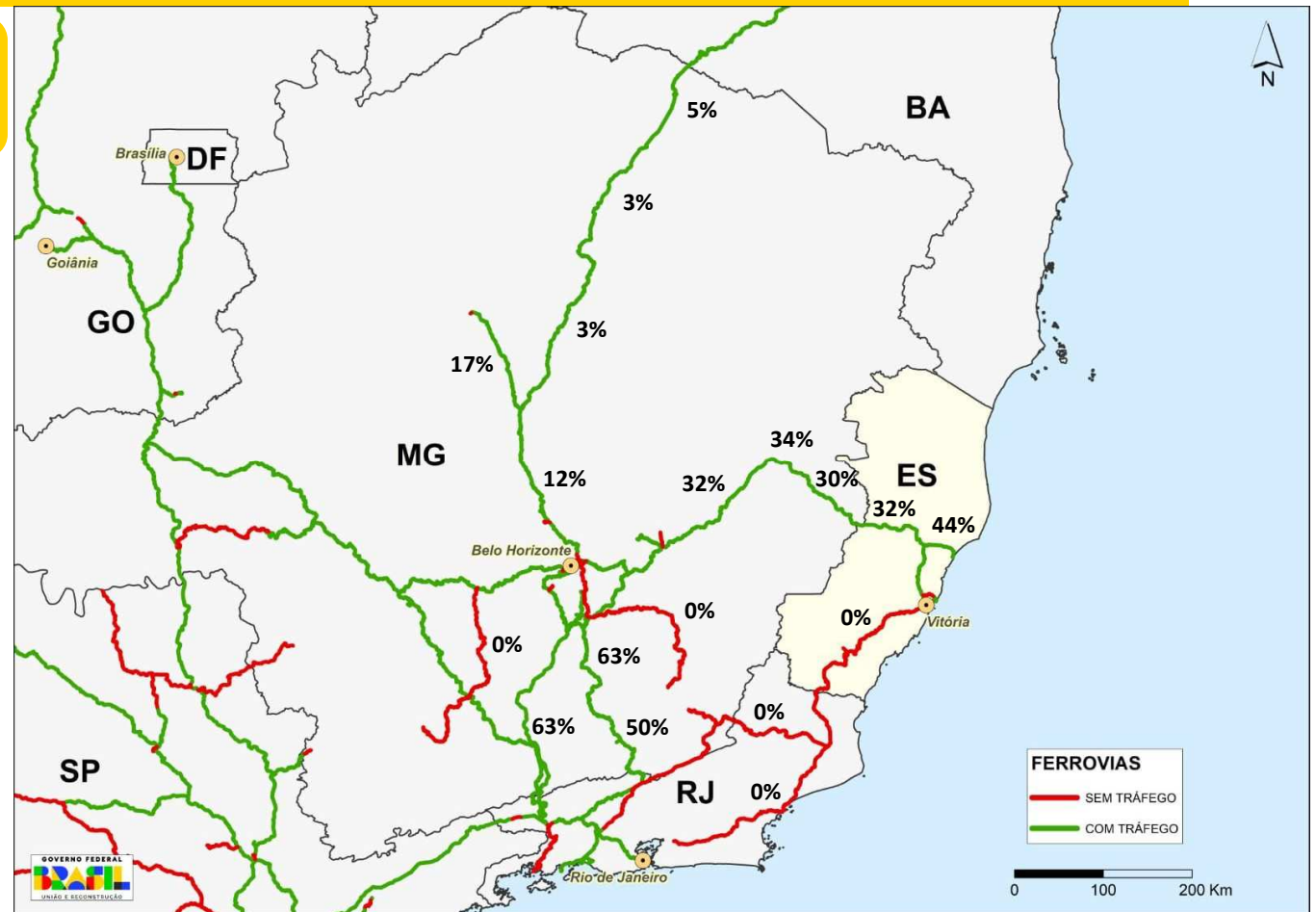
- Nordeste: até 5.000 km;
- Sudeste: até 2.000 km;
- Sul: até 3.000 km.

Característica operacional:

- Bitola métrica (1,0 m).

Condição dos Trechos:

- Ociosos;
- Deteriorados.



CONCESSÃO FCA – Trecho Espírito Santo

250 km no Estado

Municípios Interceptados

- Vitória;
- Vila Velha;
- Cariacica;
- Viana;
- Domingos Martins;
- Marechal Floriano;
- Alfredo Chaves;
- Vargem Alta;
- Cachoeiro de Itapemirim;
- Atílio Vivacqua;
- Muqui;
- Mimoso do Sul.



CONCESSÃO FCA – TRECHO ES

Vitória/ES a Mimoso do Sul/ES

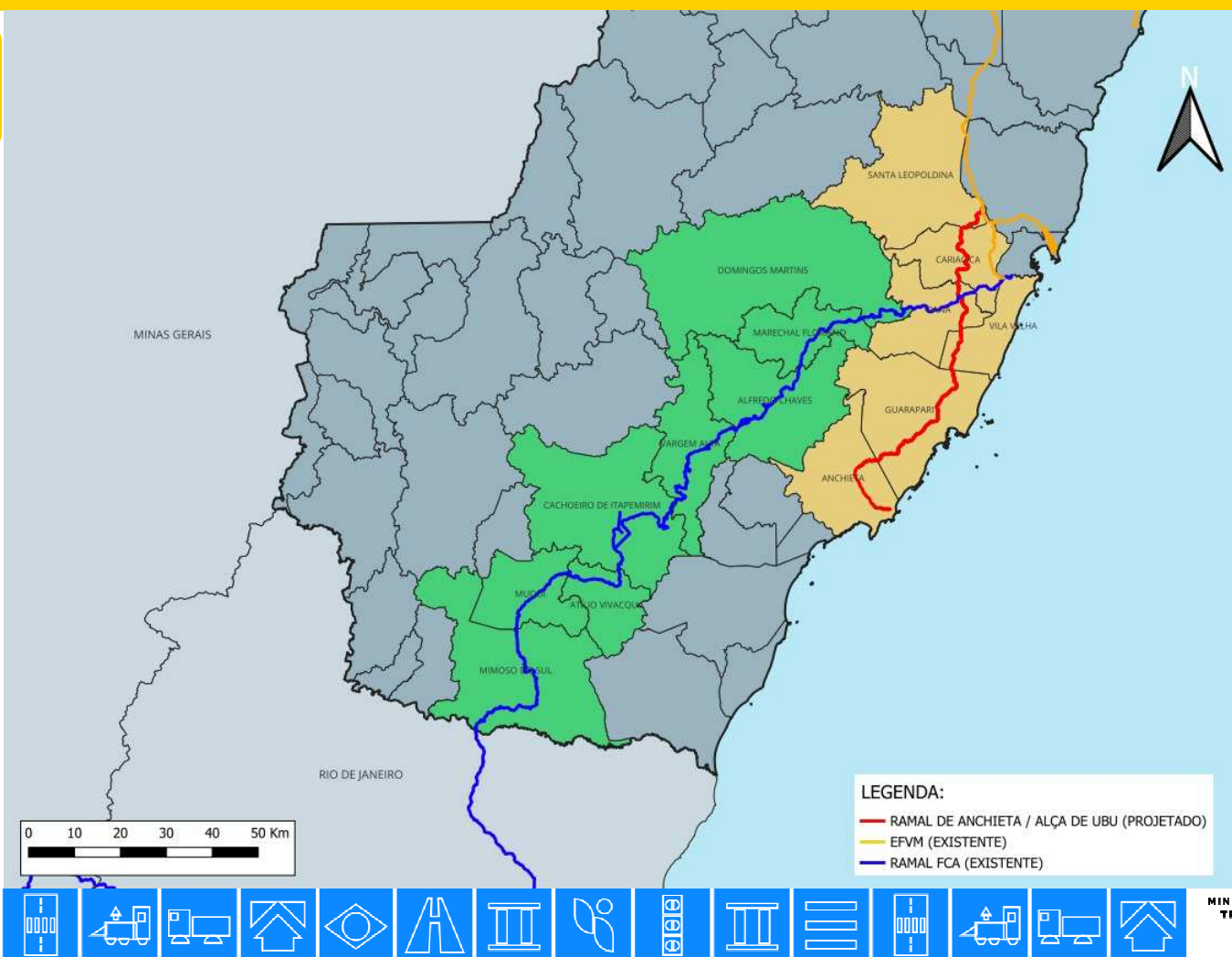
- Concessionária VLI/FCA;
- Prazo da concessão da FCA até agosto de 2026;
- Trecho do ES será devolvido em qualquer hipótese;
- Trecho em condições de deterioração.



NOVA EF-118 – Trecho Espírito Santo

Cariacica/ES – Anchieta/ES

- Em fase de elaboração de projeto de engenharia pela Vale;
- Concessionária responsável pelas obras: EFVM/Vale;
- Extensão de 92 km;
- Bitola métrica;
- Investimento estimado em R\$ 2,1 bilhões;
- Escoamento de carga no Porto de Ubu (Anchieta).



O QUE PREVÊ O NOVO MARCO LEGAL FERROVIÁRIO

Art. 15 da Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021:

Faculta à concessionária a devolução de trecho explorado.

*“Art. 15. A concessionária **pode** requerer ao regulador ferroviário a desativação ou a devolução de trechos ferroviários outorgados (...)”*

Dispositivos do Art. 15 a serem regulamentados:

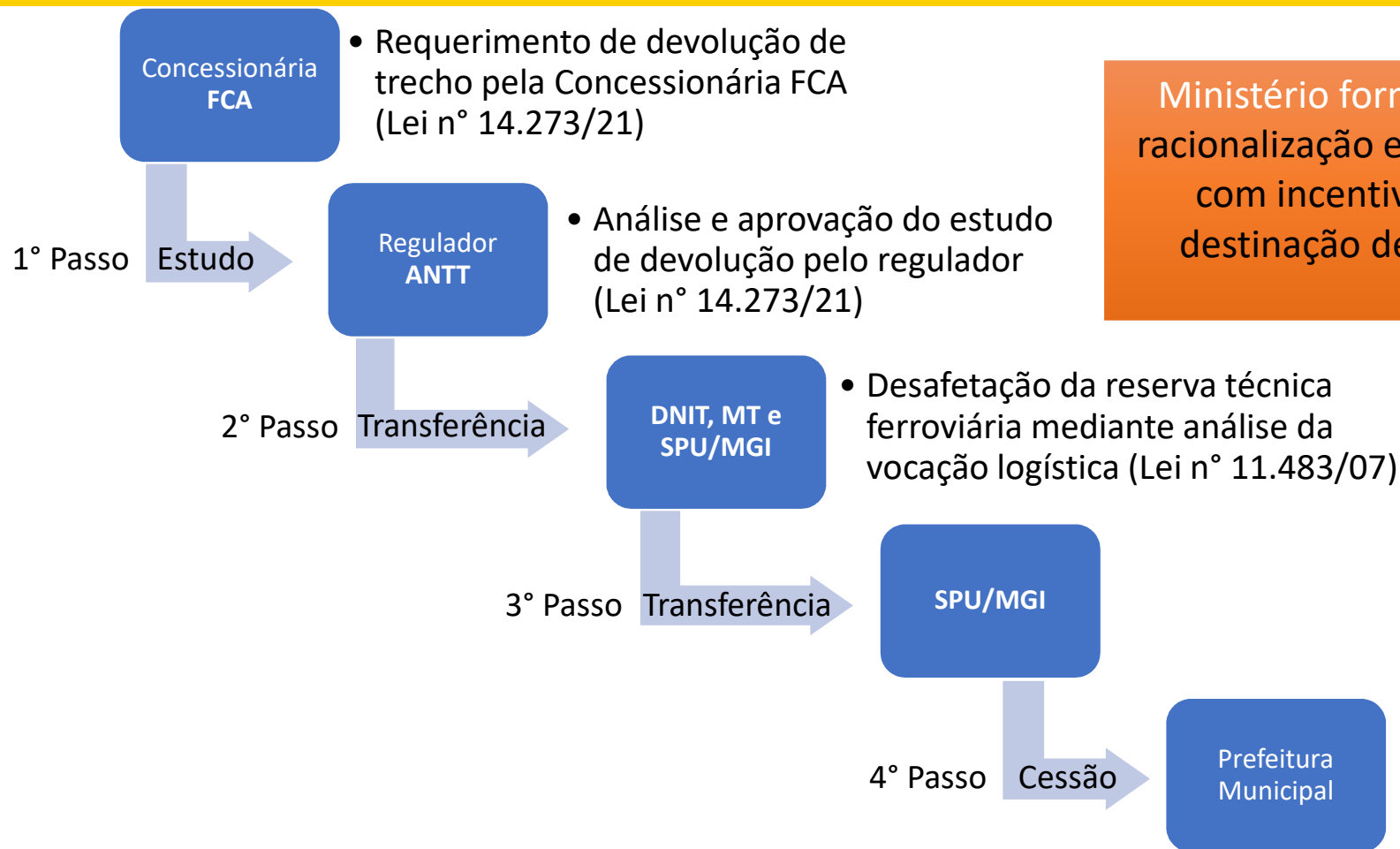
- Art. 15, § 2º, II: investimento cruzado em devolução de trecho;
- Art. 15, § 2º, III: momento do pagamento pela devolução (assinatura do termo aditivo ou fim do contrato de concessão).

Derrubada de Veto do Art. 66 § 1º :

- Art. 66, § 1º: Pelo menos metade dos recursos provenientes das outorgas e indenizações referidas ao “caput” desse artigo deverão ser aplicados em projetos de Estado e do DF, de forma proporcional a extensão da malha ferroviária que os originou, incluídos nesse cômputo os trechos devolvidos na forma do art. 15 desta Lei.



DEVOLUÇÃO E DESTINAÇÃO DO TRECHO



Ministério formula normativo para racionalização e otimização da malha com incentivo à devolução e à destinação de trecho ferroviário



REALIDADE NOS ESTADOS UNIDOS

Processo de venda ou abandono de trechos não rentáveis foi simplificado e permitiu aumento de produtividade

Como era?

Operadores com obrigação legal de manter linhas não rentáveis

Processo de abandono e venda de linhas bastante engessado e burocrático

Staggers Act em 1980

Como ficou

Processo simplificado de devolução de trechos

Linhas sem tráfego e sem demanda - processo simplificado de notificação para aprovação da STB

Linha ativa com necessidade pública do serviço

- Análise de impacto econômico a operador e região;
- Procura por interessados em assumir operações da linha
- investidores podem forçar operador a vender linha em processo de abandono
- Para facilitar continuação da linha, incentivos fiscais relevantes são garantidos: 50% de investimento em infra como benefício fiscal

Impacto em Produtividade

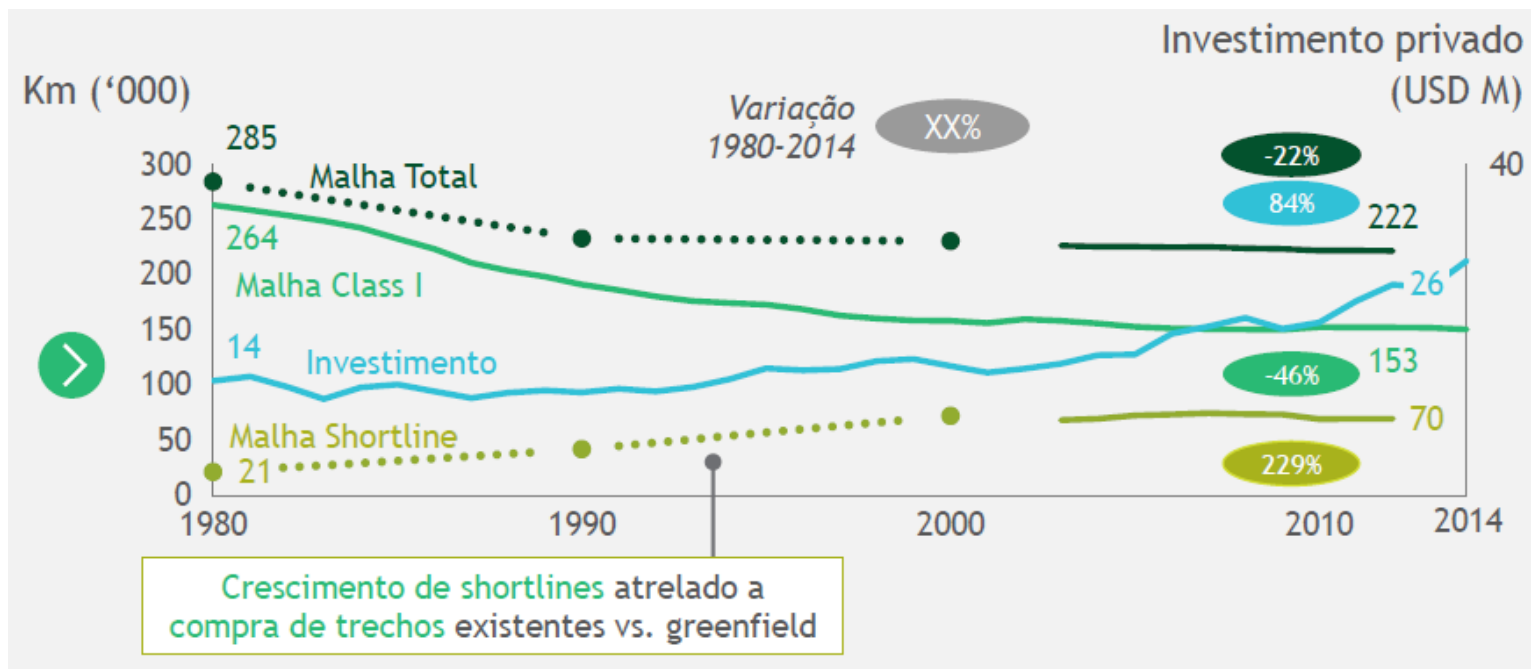
Foco em linhas mais rentáveis

Melhor condição e utilização de linhas menos rentáveis

Destinação adequada de linhas não-rentáveis



REALIDADE NOS ESTADOS UNIDOS



Setor ferroviário americano após a Staggers Act 1980

Fonte: Association of American Railroads



OBRIGADO

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

